

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**3.1. Calendário das audições regimentais proposto pelo Governo**

**3.2. Baixa das Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado**

**3.3. Convite para participação em reunião interparlamentar subordinada ao tema “European Cultural Heritage”**

**3.4. Pedido de audiência Associação de Pais do Agrupamento Escolas Joaquim de Araújo**

**3.5. A ELSA (European Law Students' Association) da Universidade Católica Portuguesa – Porto, convida os membros da CEC para participação na 7.ª edição do ELSA Day, 28 de novembro, com vista a celebrar os Direitos Humanos**

**3.6. Reuniões da Comissão no período de discussão na especialidade do OE 2018**

**4. Audição do Reitor da Universidade de Lisboa – 15:00**

- A requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, em virtude das declarações do Reitor da Universidade de Lisboa sobre a política do ensino superior, no seu discurso de abertura do ano letivo.

**5. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior – 15:45**

- Para expor os problemas com o processamento das progressões remuneratórias dos investigadores da Carreira de Investigação Científica, incluindo o não cumprimento do disposto no art.º 18.º da Lei n.º 114/2017 (Lei do Orçamento do Estado para 2018).

**6. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução**

- [Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - [Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes](#)
- [Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH

## 7. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

[Petição n.º 546/XIII/4.ª](#) - Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima

Subscritores: 6220

Deputado Relator: Cabe ao GP PSD

## 8. Outros Assuntos

## 9. Data da próxima reunião

- 17 de outubro, 09:00 – Audição do Ministro da Educação

---

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

## 2. Aprovação de ata

As atas n.ºs 136 e 137, das reuniões de 3 e 9 de outubro, foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Calendário das audições regimentais proposto pelo Governo

Apreciado o calendário das audições regimentais proposto pelo Governo, foi consensualizado introduzir-lhe alterações e propor o calendário seguinte.

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1.ª Audição Regimental - OE	07.11.2018 – 16h
	2.ª Audição Regimental	27.02.2019 – 10h
	3.ª Audição Regimental	16.04.2019 – 15h
	4.ª Audição Regimental	25.06.2019 – 15h
Ministro da Educação	1.ª Audição Regimental - OE	02.11.2018 – 16h
	2.ª Audição Regimental	15.01.2019 – 15h
	3.ª Audição Regimental	17.04.2019 – 10h
	4.ª Audição Regimental	26.06.2019 – 10h

### 3.2. Baixa das Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado

As Propostas de Lei nºs [155/XIII/4.ª](#) – “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019” e [156/XIII/4.ª](#) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2019” foram distribuídas ao PSD e ao PS, respetivamente, para elaboração de parecer, tendo sido indicada para relatora da segunda a Deputada Susana Amador (PS).

O Presidente da Comissão realçou que a apreciação dos pareceres será agendada para a reunião do dia 23/10/2018.

### 3.3. Convite para participação em reunião interparlamentar subordinada ao tema “European Cultural Heritage”

Apreciado o convite para a reunião interparlamentar em causa, a realizar em 19 e 20 de novembro (em que podem participar 2 Deputados da 12.ª Comissão e 1 da 8.ª Comissão) e ponderado o facto de a mesma incluir um painel com o título “*Cultural Heritage and Education*”, foi consensualizado participar na mesma e indicar a Deputada Maria Augusta Santos (PS) para esse efeito.

### 3.4. Pedido de audiência Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo

Apreciado o pedido de audiência da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo, para apresentar um dossiê completo sobre o estado em que as escolas se apresentam, foi consensualizado que a mesma seja presidida por um Deputado-piloto, tendo sido indicada a Deputada Maria Augusta Santos (PS).

### 3.5. A ELSA (European Law Students' Association) da Universidade Católica Portuguesa – Porto, convida os membros da CEC para participarem na 7.ª edição do ELSA Day

Foi apreciado o convite da Associação, que pretende a presença de um membro da Comissão para integrar o painel de oradores para falar nesse dia, 28 de novembro, sobre o Direito à Educação numa perspetiva nacional, tecendo eventuais considerações sobre o ponto de situação do seu desenvolvimento em Portugal e o que poderá haver ainda por fazer com vista a melhor assegurar este direito.

Verificando-se que no dia 28 de novembro haverá reunião do Plenário para debate e votação na especialidade do Orçamento do Estado para 2019, foi consensualizado informar a Associação de que por esse motivo não haverá disponibilidade dos Deputados para responderem afirmativamente ao convite.

### **3.6. Reuniões da Comissão no período de discussão na especialidade do OE 2018**

A Comissão, tendo presente a prática adotada em anos anteriores, consensualizou não realizar reuniões durante o período de discussão na especialidade da proposta do Orçamento do Estado para 2019.

## **4. Audição do Reitor da Universidade de Lisboa – 15:00**

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, António Manuel da Cruz Serra, informando que o mesmo se encontrava presente para audição no âmbito de [requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD](#), em virtude das declarações deste sobre a política do ensino superior, no seu discurso de abertura do ano letivo. Indicou, ainda, a grelha de tempos disponíveis.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) começou por referir que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou este requerimento no seguimento do discurso violento feito pelo Senhor Reitor no início do ano letivo, com críticas diretas à política do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor. Referiu que, na sua opinião, este discurso é coincidente com a posição do Grupo Parlamentar do PSD. Assim, expôs pretender, com a presente audição perceber se preocupações, como de seguida exemplificou, estão salvaguardadas. A Senhora Deputada fez alusão, nomeadamente ao não cumprimento do contrato de legislatura, no congelamento das propinas, no não financiamento do emprego científico, e do facto de a suborçamentação da ciência estão a pôr em causa o programa de regularização de vínculos precários na administração pública (PREVPAP), questionando em quanto é que terá aumentado o subfinanciamento da ciência.

Terminou, abordando a temática da redução administrativas de vagas no ensino superior, uma vez que esta medida continuará para o próximo ano. Questionou, ainda, o que é que o Senhor Reitor esperava do Governo e do Parlamento, nomeadamente no que respeita ao orçamento de Estado para 2019.

Em resposta, o Senhor Reitor referiu que o acordo de legislatura está a ser cumprido em todos os pontos, exceto no que respeita ao congelamento das propinas, sendo certo que apoia esta medida – de congelamento, bem como a redução das propinas e ainda possibilidade de estas serem reduzidas a valor zero. Sublinhou, contudo, que se for esta a política, então, é necessário que sejam reforçados os meios à disposição das universidades.

Em consequência, informou que a adoção desta medida de congelamento teve um impacto orçamental da Universidade de Lisboa de menos um milhão de euros, devendo as universidades ser financiadas em função desta redução.

Para além destas medidas, referiu que tanto o PREVPAP como o Decreto-lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, têm um impacto significativo nas universidades, uma vez que a dotação transmitida não continha verba de reforço a estas regularizações, apelando à Assembleia da República que seja feito um reforço das dotações de receitas das universidades, para fazer face aos compromissos.

Informou que os critérios do Decreto-lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, foram cumpridos pela Universidade de Lisboa e que todos os concursos foram abertos.

No que respeita às questões das vagas de acesso ao ensino superior, mencionou que a sua maior preocupação era com os estudantes e as suas famílias, concretamente com a possibilidade de escolha por parte do estudante e o custo que poderia representar para as famílias. Referiu, também, que a universidade fez um estudo sobre os seus alunos, o qual conclui que o impacto no caso da Universidade de Lisboa incide sobre os candidatos de Lisboa e concelhos limítrofes, motivo pelo qual está convencido de que quem saiu beneficiado foi o ensino privado.

Terminou, referindo que o maior problema é o dos quartos e das residências universitárias, tratando-se de uma situação que tem de ser resolvida num curto espaço de tempo. Informou que a Universidade de Lisboa tem capacidade para construir cerca de 1100 camas, mas que precisava de regras mais simples para a contratação, uma vez que estima perder uma média de 263 só com o projeto de arquitetura.

Seguiram-se intervenções dos Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Luís Monteiro (BE) e das Senhoras Deputadas Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ângela Moreira (PCP), atinentes, nomeadamente, às questões da distribuição das vagas de acesso ao ensino superior, do diploma do emprego científico e do PREVPAP, do subfinanciamento da ciência e da precariedade destes trabalhadores, bem como das progressões remuneratórias, tendo o Senhor Reitor prestado os devidos esclarecimentos.

Para uma intervenção final, foi dada a palavra à Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) que insistiu na questão do alojamento e a possibilidade de contratualização a privados, bem sabendo não se tratar de uma solução de fundo. Quanto à questão das vagas, referiu tratar-se de uma medida administrativa, tática e experimental, tendo o número de vagas e a sua distribuição sido fixada sem qualquer estudo de base conhecido. Reportou-se, ainda, ao emprego científico,

referindo que a questão financeira não foi uma questão pensada, sendo necessário um reforço financeiro e não uma compensação em sede de execução contratual.

O Senhor Reitor prestou os esclarecimentos necessários, reforçando que a medida adotada para a distribuição das vagas é uma medida socialmente injusta, penalizando as famílias de Lisboa e do Porto. Admitiu, também, que é necessário um acordo quanto a esta matéria, até porque nos próximos anos assistiremos a uma redução de cerca de 30% do número de candidatos, sendo necessário reorganizar a oferta e melhorá-la, não pondo nunca de lado as universidades do Interior. No que respeita às questões da precariedade sublinha que é uma luta constante a renovação do corpo docente e a melhoria das condições, referindo que quando o orçamento foi transmitido às instituições em agosto este não continha qualquer reforço financeiro quer para o diploma do emprego científico, quer para o PREVPAP. Terminou, referindo que no que respeita às progressões remuneratórias, concorda com a posição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

## **5. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior – 15:45**

O Senhor Presidente deu as boas vindas à delegação do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) informando, ainda, a grelha de tempos disponíveis.

Dada a palavra ao Senhor Professor Doutor Gonçalo Leite Velho, este começou por expor que a matéria que os trouxe aqui prende-se com os problemas verificados no processamento das progressões remuneratórias dos investigadores da Carreira de Investigação Científica, incluindo o não cumprimento do disposto no art.º 18.º da Lei n.º 114/2017 (Lei do Orçamento do Estado para 2018). Abordou depois a necessidade de revisão da carreira de investigação científica, referindo que esta situação foi esquecida pela Lei do Orçamento de Estado para 2018, informando q, ainda, que não existem em algumas Instituições os regulamentos necessários à avaliação de desempenho para efeitos de progressão. Mencionou que tentaram já negociar estes aspetos com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mas sem sucesso.

Apelou, assim, à necessidade de o parlamento se debruçar sobre a revisão da carreira científica, promovendo, nomeadamente uma resolução para o problema.

O Senhor Professor Doutor Romeu Videira pediu a palavra para abordar a temática do legado do conhecimento e da tecnologia, enfatizando que Portugal tem apenas apostado no presente e referindo que temos já 7 mil pessoas que trabalham exclusivamente com ciência.

Referiu que nesta legislatura foi já dado um salto qualitativo, uma vez que o número de bolseiros tem vindo a diminuir, mas o número de contratados a diminuir, e desta forma reduzindo a precariedade que caracterizava este setor.

Devolvida a palavra ao Professor Doutor Gonçalo Leite Velho, este salientou a necessidade de haver unidade nesta mat6ria da carreira de investigação cient6fica.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) retirou das palavras do SNESup que o atual Governo falhou às instituições, aos docentes e aos investigadores, estranhando o comportamento do Governo, uma vez que o Senhor Ministro da Tecnologia, Ci6ncia e Ensino Superior sempre fez “bandeira” com o emprego cient6fico. Referiu que para este minist6rio não ser avaliado não constitui um problema, algo que para o seu Grupo Parlamentar 6 um retrocesso, na medida em que quem trabalha não tem medo de ser avaliado. Terminou, questionando se o SNESup seria, ou não, favorável a uma clarificação da lei, e se nesta l3gica de ambiguidade quais os passos que SNESup faria.

O Senhor Deputado Porf6rio Silva (PS) mencionou que o facto de não haver progress3es, em virtude do congelamento, colocava em causa a pr3pria avaliação que era feita, pelo que, em alguns casos ter-se- optado por não a fazer. Afirmou que o sistema de avaliação está desatualizado, tratando-se de um problema de fundo e existindo verdadeiras disfuncionalidades, na medida em que se queremos uma carreira que premeie o m6rito, então não pode ser esse m6rito a impedir a progressão. Concluiu, dizendo que existe aqui uma reflexão que interessa e importa ao seu Grupo Parlamentar, com vista  correção da situação anterior.

O Senhor Deputado Lu6s Monteiro (BE) evidenciou a pertin6ncia das quest3es colocadas pelo SNESup que se prendem com o desbloqueamento da norma do orçamento de Estado de 2018 relativa  progressão das carreiras, e depois a questão da avaliação. Prosseguiu, afirmando existir um desfasamento e uma interpretação por parte da instituições e do Minist6rio que não corresponde à posição do Bloco de Esquerda. Qualificou esta interpretação como abusiva, na medida em que premeia quem não foi objeto de avaliação, sobre aquelas que foram efetivamente avaliados, gerando-se aqui um problema. Terminou, mencionando que o seu Grupo Parlamentar está dispon6vel para criar uma norma interpretativa que clarifique esta mat6ria.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o Grupo Parlamentar do CDS-PP, quanto  questão das progress3es remunerat3rias e a posição do Minist6rio, concluiu que quem não foi avaliado tem uma vantagem sobre quem foi avaliado. Este problema poderia ter sido resolvido no orçamento de Estado de 2018 se tivessem sido acauteladas as carreiras especiais, mediante a criação de uma norma pr3pria, não achando razoável que seja o orçamento de Estado a permitir esta discricionariedade na aplicação da norma. Concluiu sublinhando a importância de ser revisitado este tema com vista  sua clarificação.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que os assuntos aqui trazidos não são novos: o atraso no pagamento as progressões remuneratórias, que subsiste, tendo já o seu Grupo Parlamentar apelado à necessidade de criação de critérios de igualdade nestas matérias.

Quanto ao Estatuto da Carreira de Investigação Científica, porque a valorização da carreira seria um instrumento determinante para o combate à precariedade da forma mais lógica, ou seja, que quem fizesse investigação fosse integrado na carreira. Preocupa-lhes a desfiguração da carreira científica com o desaparecimento das carreiras de investigador estagiário e de assistente de investigação, que na sua opinião foi o abrir a porta aos bolseiros.

Em sede de alegações finais, o Senhor Professor Doutor Gonçalo Leite Velho referiu que a carreira de investigador científico é uma carreira específica e, conseqüentemente, as instituições não deviam tentar esticar a aplicabilidade do regulamento de avaliação dos docentes aos investigadores.

No que respeita à proposta de orçamento de Estado para 2019, parece-lhes que há uma estratégia, pois que enquanto os estabelecimentos de ensino superior têm um aumento inferior ao do financiamento na ciência para estes contrários precários.

Sublinhou que o caminho a seguir deve passar pelo investimento na carreira científica, uma vez que existem especificidades nesta carreira, concretamente quando comparada com a carreira docente.

Referiu que o recurso ao orçamento de Estado para 2019 da questão das progressões teria como efeito perverso o facto de só se aplicar a partir deste ano, não acautelando devidamente a situação, motivo pelo qual concorda com a necessidade de clarificação da lei, pois que existe uma discrepância nas progressões impulsionada pelo próprio Estado.

Terminou, referindo que no orçamento de Estado para 2019 deveria ser abordada a necessidade de legislar quanto aos investigadores com mais maturidade, concretamente os doutorados e os pós-doc.

O Professor Doutor Romeu Videira pediu a palavra para referir que a maior parte das contratações tem visado os investigadores numa fase de carreira inicial, e não as pessoas mais experientes.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

## **6. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução**

- [Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes



- [Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH

Adiado, a pedido do PS.

## 7. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

[Petição n.º 546/XIII/4.ª](#) - Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima

Apreciada a nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição e pedir a pronúncia das entidades propostas, por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

O PSD, a quem a petição foi distribuída, indicou como relator o Deputado Duarte Marques.

## 8. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## 9. Data da próxima reunião

- 17 de outubro, 09:00 – Audição do Ministro da Educação

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de outubro de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Alexandre Quintanilha)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: